

Transnorte Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de dezembro
de 2016 e 2015**

Com Relatório dos Auditores
Independentes

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Transnorte Energia S.A. - TNE
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Transnorte Energia S.A. - TNE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Transnorte Energia S.A. - TNE com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa n.º 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transnorte Energia S.A. - TNE em 31 de Dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Transnorte Energia S.A. - TNE a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Aspectos relacionados aos prazos de operação do empreendimento

Sem modificar nossa opinião, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1 às informações contábeis, a Companhia é detentora do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica outorgada pela União pelo prazo de 30 anos, porém, a Companhia vem enfrentando dificuldades ao longo do processo de licenciamento ambiental que estão afetando diretamente a continuidade da construção da linha de transmissão e por consequência a validade do contrato de concessão. O eventual desfecho futuro desfavorável à Companhia da referida decisão judicial pode impedir o uso do pressuposto da continuidade operacional na elaboração e na apresentação de suas demonstrações contábeis, cuja probabilidade de risco de perda é atualmente classificada pelos assessores jurídicos da Companhia como possível.

Devido aos fatos anteriormente mencionados bem como as informações contidas na Nota Explicativa nº 1.1, a Companhia, no dia 05 de setembro de 2015 protocolizou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL carta requerendo a rescisão do citado contrato de concessão, mediante o ressarcimento integral dos investimentos realizados, bem como os danos emergentes e lucros cessantes. No dia 13 de dezembro de 2016 a Companhia recebeu, por meio de Despacho da ANEEL Nº3.265, o posicionamento da ANEEL sobre o pedido de rescisão amigável do citado contrato de concessão. A ANEEL recomendou em acolher o pedido da Companhia e no mérito dar-lhe provimento reconhecendo que há elementos para extinção do Contrato de Concessão citado anteriormente. Diante do exposto anteriormente a ANEEL encaminhou no dia 13 de dezembro de 2016 os autos do processo ao Ministério de Minas e Energia para que o mesmo conclua sobre o pedido de rescisão amigável do citado contrato de concessão solicitado pela Companhia, até presente data não houve manifestação por parte do Ministério de Minas e Energia sobre o respectivo assunto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

A Transnorte Energia S.A. - TNE preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 03 de fevereiro de 2017.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

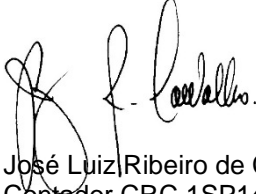


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Transnorte Energia S.A.

CNPJ: 14.683.671/0001-09

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		10.482	9.875
Caixa equivalentes de caixa	6.1	7.968	7.582
Concessionários e permissionários	4	734	693
Impostos a recuperar		1.568	1.542
Outros ativos		212	58
Não Circulante		285.643	291.467
Ativo Imobilizado	5.1	282.908	288.732
Intangível	5.2	2.735	2.735
Total do Ativo		296.125	301.342
Passivo			
Circulante		2.073	3.805
Fornecedores		791	2.862
Salários, férias e encargos sociais		112	101
Tributos e contribuições sociais a recolher		130	126
Dividendos declarados - partes relacionadas		146	
Provisões para constituição de ativos		194	332
Outros passivos		700	384
Patrimônio Líquido		294.052	297.537
Capital social	7.1	298.705	298.705
Lucros (Prejuízos) acumulados	7.2	(4.653)	(1.168)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		296.125	301.342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transnorte Energia S.A.

CNPJ: 14.683.671/0001-09

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Operações em Continuidade		
Receita / Ingresso		
Disponibilização do Sistema de Transmissão	8 6.877	4.230
(-) Parcela Variável	8 (168)	(841)
Tributos		
PIS-PASEP	(111)	(56)
COFINS	(510)	(258)
Encargos - Parcela "A"		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(58)	(30)
Reserva Global de Reversão - RGR	(158)	(80)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(24)	(12)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	5.848	2.953
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	5.848	2.953
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		
Pessoal e Administradores	9 (794)	-
Material	(4)	(1)
Serviços de Terceiros	(1.396)	(438)
Arrendamentos e Aluguéis	-	(67)
Seguros	(43)	-
Doações, Contribuições e Subvenções	(97)	-
Depreciação e Amortização	(3.449)	(2.466)
Outros	-	(20)
Outras Despesas Operacionais	10 (3.354)	(45)
Resultado da Atividade	(3.289)	(84)
Resultado Financeiro		
Despesas Financeiras	(48)	(850)
Receitas Financeiras	(2)	-
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	(3.339)	(934)
Despesa com Impostos sobre o Lucro	11 -	(91)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	(3.339)	(1.025)
Resultado Líquido do Exercício	(3.339)	(1.025)
Atribuível Aos:		
Acionistas Controladores	(3.339)	(1.025)
Acionistas Não Controladores		
Lucro Por Ação		
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores	(0,021676)	(0,006654)
Detentores de Ações Ordinárias		
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores	(0,021676)	(0,006654)
Detentores de Ações Ordinárias		
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade		
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	(0,021676)	(0,006654)
Detentores de Ações Ordinárias		
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	(0,021676)	(0,006654)
Detentores de Ações Ordinárias		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transnorte Energia S.A.

CNPJ: 14.683.671/0001-09

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado do Exercício	(3.339)	(1.025)
(+/-) Outros resultados abrangentes da companhia	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(3.339)</u>	<u>(1.025)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transnorte Energia S.A.

CNPJ: 14.683.671/0001-09

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	81.705	-	(143)	81.562
Aumento de capital	217.000	-	-	217.000
Prejuízo do Exercício	-	-	(1.025)	(1.025)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	298.705	-	(1.168)	297.537
Aumento de capital	-	-	-	-
Prejuízo do Exercício	-	-	(3.339)	(3.339)
Reserva Legal	-	31	(31)	-
Dividendos	-	-	(146)	(146)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	298.705	31	(4.684)	294.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transnorte Energia S.A.

CNPJ: 14.683.671/0001-09

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	<u>(3.339)</u>	<u>(1.025)</u>
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	3.448	2.493
Encargos de dívidas (Inclui variações monetárias e cambiais, líquidas)	-	19.922
Outras variações monetárias e cambiais líquidas	(2)	7
Receita de aplicações financeiras	-	(1.336)
Baixa de ativos imobilizado	<u>5.740</u>	<u>35</u>
	5.847	20.096
(Aumento) redução no ativo		
Concessionários e permissionários	(40)	(693)
Tributo compensáveis	(20)	(323)
Outros ativos	<u>(50)</u>	<u>63</u>
	(110)	(953)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(2.071)	(7.753)
Salários, férias e encargos sociais	11	(188)
Tributos e contribuições sociais a recolher	4	(236)
Adiantamentos de clientes	177	294
Provisões de constituição dos ativos	(138)	332
Outros passivos	<u>135</u>	<u>83</u>
	(1.882)	(7.468)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	3.855	11.675
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgate de investimento de curto prazo	-	33.420
Aplicações em investimento de curto prazo	-	(2.094)
Aplicações no imobilizado	<u>(3.469)</u>	<u>(36.934)</u>
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de investimentos	(3.469)	(5.608)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital / Emissão de ações	-	217.000
Amortização de juros s/ debênture (encargos de dívidas)	-	(35.673)
Amortização de principal de debêntures	-	(180.000)
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamentos	-	1.327
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	386	7.394
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.582	188
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	7.968	7.582
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	386	7.394
Informações adicionais		
Pagamento de Imposto de renda	-	-
Pagamento de Contribuição social	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A Transnorte Energia é uma empresa formada pela parceria entre Alupar (51%)/Eletronorte (49%), para a implantação do sistema de transmissão que conectará o Estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), na subestação Lechuga, no estado do Amazonas, cobrindo aproximadamente 715,0 km de linha de 500 kV, em circuito duplo, com 02 novas subestações, a SE Equador - 500 kV, a ser instalada no Município de Rorainópolis (RR) e a SE Boa Vista - 500/230 kV - 800 MVA, situada no Município de Boa Vista (RR).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Transnorte Energia S.A. (a “Companhia” ou “TNE”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

1.1 Aspectos relacionados a conclusão do empreendimento

A Transnorte Energia é uma empresa formada pela parceria entre Alupar (51%)/Eletronorte (49%), para a implantação do sistema de transmissão que conectará o Estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), na subestação Lechuga, no estado do Amazonas, cobrindo aproximadamente 715,0 km de linha de 500 kV, em circuito duplo, com 02 novas subestações, a SE Equador – 500 kV, a ser instalada no Município de Rorainópolis (RR) e a SE Boa Vista - 500/230 kV – 800 MVA, situada no Município de Boa Vista (RR).

Entretanto, devido aos problemas no licenciamento ambiental, o consórcio protocolou na ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em 02 de setembro de 2015, o requerimento para rescisão amigável do Contrato de Concessão 003/2012 – ANEEL, devido a não manifestação da FUNAI, no que tange o componente indígena.

No entanto, em 06 de novembro de 2015, a FUNAI encaminhou ao IBAMA Ofício com o não óbice. Tendo em vista o recebimento deste ofício, no dia 09 de dezembro de 2015, o IBAMA emitiu a Licença Prévia do empreendimento, contudo, não há previsão para emissão da Licença de Instalação, principal condicionante para o início da obra.

Mantida a solicitação de rescisão amigável por parte do consórcio, em 13 de dezembro de 2016, a diretoria da ANEEL votou e aprovou, por unanimidade, publicando o Despacho nº 3.265, em 19 de dezembro de 2016, com recomendações para: (i) acolher o pedido da TNE e, no mérito, dar-lhe parcial provimento reconhecendo que há elementos para extinção do Contrato de Concessão nº 003/2012- ANEEL; e (ii) encaminhar os autos do presente Processo Administrativo ao Ministério de Minas e Energia com recomendações para: (a) extinguir o referido Contrato de Concessão, mediante distrato, nos termos do artigo 472 do Código Civil, ou outra forma que entender adequada; (b) na hipótese de extinção do Contrato, designar um órgão ou entidade da administração federal, neste caso a Eletronorte, para dar continuidade à prestação do serviço público de transmissão referente ao CER da SE Boa Vista, até que ulterior decisão estabeleça a reversão onerosa dos bens em serviço, sendo facultado ao Poder Concedente outorgar a concessão sem efetuar a reversão prévia dos bens vinculados ao respectivo serviço público; e (c) na hipótese de extinção do Contrato, considerar como referência para a indenização dos ativos em serviço, o critério do valor novo de reposição, abatida a depreciação ocorrida no período, em laudo contábil a ser fiscalizado pela ANEEL, sendo vedada a indenização de ativos que não estavam em serviço. A TNE mantém ativos imobilizados em curso, e entre outros custos, estudos e projetos de meio ambiente e licenciamento, os quais já fazem parte do nosso pedido de rescisão amigável a restituição através de indenização desses valores.

Os ativos registrados relacionados diretamente com o projeto são:

- Infraestrutura construída e em operação: R\$100 milhões que já está sendo remunerada pela RAP.
- Equipamento e material adquirido: R\$124 milhões, valores sujeitos a indenização pelo poder concedente e/ou revenda ao mercado.
- Gastos com desenvolvimento (estudos, licenças e outros) do projeto: R\$64 milhões, valores sujeitos a indenização pelo poder concedente.

Conseqüentemente, quando do encerramento do contrato de concessão a Administração não espera perdas relevantes decorrentes deste seu processo de descontinuidade.

Atualmente, o consórcio está aguardando a definição do Ministério de Minas e Energia (MME) quanto a extinção da concessão e do valor da indenização.

Destacamos que a SE Boa Vista encontra-se em operação comercial desde Maio de 2015, gerando um receita equivalente a 4% da Receita Anual Permitida – RAP total do Empreendimento.

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 27 de abril de 2017.

Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional e de apresentação: As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Essas Demonstrações Contábeis são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 13, para melhor entendimento do leitor.

3 Sumário das Práticas Contábeis Regulatórias

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2016 a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (c) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

Passivos financeiros: Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 1,65%;

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%.

Imposto de renda e contribuição social - Corrente

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual.

Ajuste a valor presente: Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

Reconhecimento da receita: A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o

valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

Receita anual permitida (RAP): A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

Resultado por ação: A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33)

Dividendos: Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

Taxas regulamentares:

Reserva Global de Reversão (RGR): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

4 Concessionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

D E S C R I Ç Ã O - R\$ Mil	VALORES CORRENTES					TOTAL 2016	TOTAL 2015
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA					
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	665		53		16	734	693
TOTAL	665	-	53	-	16	734	693

Os clientes vencidos a mais de 360 dias são monitorados pela Companhia e até o momento não houve a conclusão de que devemos constituir uma provisão para perdas nesse caso

5 Imobilizado e Intangível

5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Transmissão	100.143	-	-	-	100.143	-	(5.914)	94.229	97.678
Terrenos	204	-	-	-	204	-	-	204	204
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	11.097	-	-	-	11.097	-	(681)	10.416	10.825
Máquinas e Equipamentos	88.831	-	-	-	88.831	-	(5.232)	83.599	86.638
Móveis e Utensílios	11	-	-	-	11	-	(1)	10	11
Subtotal	100.143	-	-	-	100.143	-	(5.914)	94.229	97.678
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Transmissão	190.378	3.469	(5.808)	-	188.039	(2.339)	-	188.039	190.378
Máquinas e Equipamentos	693	-	-	-	693	-	-	693	693
Outros	189.685	3.469	(5.808)	-	187.346	(2.339)	-	187.346	189.685
Administração	640	-	-	-	640	-	-	640	640
Máquinas e Equipamentos	88	-	-	-	88	-	-	88	88
Outros	552	-	-	-	552	-	-	552	552
Subtotal	191.018	3.469	(5.808)	-	188.679	(2.339)	-	188.679	191.018
Ativo Imobilizado não Vinculado - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Administração	82	-	(82)	-	-	(82)	-	-	36
Máquinas e Equipamentos	82	-	(82)	-	-	(82)	-	-	36
Subtotal	82	-	(82)	-	-	(82)	-	-	36
Total do Ativo Imobilizado	291.243	3.469	(5.890)	-	288.822	(2.421)	(5.914)	282.908	288.732

5.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Valor Bruto em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Ativo Intangível em Curso				
Transmissão	2.676	2.676	2.676	2.676
Servidões	2.658	2.658	2.658	2.658
Softwares	18	18	18	18
Administração	59	59	59	59
Softwares	59	59	59	59
Subtotal	2.735	2.735	2.735	2.735
Total do Ativo Intangível	2.735	2.735	2.735	2.735

5.3 As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2016		2015	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		100.143	(5.914)	94.229	97.678
Custo Histórico	4,14%	100.143	(5.914)	94.229	97.678
		100.143	(5.914)	94.229	97.678
Em Curso - R\$ Mil					
Transmissão		188.039	-	188.039	190.378
Administração		640	-	640	640
Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	36
		188.679	-	188.679	191.054
		288.822	(5.914)	282.908	288.732

5.4 A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Juros Capitalizados	Mão de obra própria	Outros Gastos	Total
A Ratear	572	1.203	(880)	1.940	634	3.469
Total das Adições	572	1.203	(880)	1.940	634	3.469

5.5 As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

6 Ativos financeiros

6.1 Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

Em 31 de dezembro de 2016:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	7.968	-	7.968
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	7.968	-	7.968
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	7.968	-	7.968

Em 31 de dezembro de 2015:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	7.582	-	7.582
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	7.582	-	7.582
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	7.582	-	7.582

7 Patrimônio Líquido

7.1 Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 298.705, representado por 298.705.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

Acionistas	31/12/2016		31/12/2015	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
Alupar Investimento S/A	152.340	51,00	152.340	51,00
Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte	146.365	49,00	146.365	49,00
	<u>298.705</u>	<u>100,00</u>	<u>298.705</u>	<u>100,00</u>

7.2 Reservas de lucros

	31/12/2016	31/12/2015
Reservas de lucros		
Reserva legal	31	-
Prejuízos acumulados	(4.684)	(1.168)
	<u>(4.653)</u>	<u>(1.168)</u>

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

8 Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	6.709	3.389
Total	6.709	3.389

9 Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	496	-
Remuneração	312	-
Encargos	120	-
Assistência médica	30	-
Despesas rescisórias	4	-
Outros	30	-
Administradores	298	-
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	271	-
Benefícios dos administradores	27	-
Total	794	-

10 Outras despesas operacionais

Na noite do dia 26 de janeiro de 2016 ocorreu um incêndio de grandes proporções nas imediações da Subestação Boa Vista no Estado de Roraima, onde se encontravam armazenadas as bobinas de cabo condutor de propriedade da TNE. Apesar das ações preventivas de combate ao incêndio realizadas pelo corpo de bombeiros, o fogo atingiu parte do material estocado danificando 207 bobinas, tornando-as inservíveis para aplicação nas linhas de transmissão. Diante deste fato, a administração da Companhia autorizou a venda desse material como sucata, resultando na baixa desse ativo conforme descrito abaixo:

Outras despesas operacionais	31/12/2016
(-) Custo da sucata de alumínio	(5.809)
Receita com a venda da sucata	2.779
(-) ICMS	(324)
Total	(3.354)

11 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(3.339)	(934)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	(1.135)	(318)
Efeitos fiscais sobre:		
Despesas e provisões indedutíveis	-	3
Depreciação	-	838
Receitas Regulatórias	-	(409)
Outros	1.135	(23)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	91

12 Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

13 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Transnorte Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Ativo	Nota	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante		10.482	6.147	16.629	9.875	5.952	15.827
Caixa equivalentes de caixa		7.968	-	7.968	7.582	-	7.582
Concessionários e permissionários	4	734	-	734	693	(693)	-
Impostos a recuperar		1.568	-	1.568	1.542	-	1.542
Contas a receber ativo financeiro		-	6.147	6.147	-	6.645	6.645
Outros ativos		212	-	212	58	-	58
Não Circulante		285.643	6.132	291.775	291.467	1.375	292.842
Contas a receber ativo financeiro		-	100.362	100.362	-	99.055	99.055
Ativo Imobilizado	5.1	282.908	(91.495)	191.413	288.732	(97.680)	191.052
Intangível	5.2	2.735	(2.735)	-	2.735	-	2.735
Total do Ativo		296.125	12.279	308.404	301.342	7.327	308.669

Transnorte Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Passivo	Nota	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante		2.073	(477)	1.596	3.805	-	3.805
Fornecedores		791	-	791	2.862	-	2.862
Salários, férias e encargos sociais		112	-	112	101	-	101
Tributos e contribuições sociais a recolher		130	-	130	126	-	126
Dividendos declarados		146	-	146	-	-	-
Provisões para constituição de ativos		194	-	194	332	-	332
Outros passivos		700	(477)	223	384	-	384
Não Circulante		-	3.535	3.535	-	2.062	2.062
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	3.535	3.535	-	2.062	2.062
Total do Passivo		2.073	3.058	5.131	3.805	2.062	5.867
Patrimônio Líquido		294.052	9.221	303.273	297.537	5.265	302.802
Capital social	6.1	298.705	-	298.705	298.705	-	298.705
Lucros (Prejuízos) acumulados	6.2	(4.653)	4.653	-	(1.168)	1.168	-
Reserva de lucros		-	4.568	4.568	-	4.097	4.097
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		296.125	12.279	308.404	301.342	7.327	308.669

Transnorte Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	31/12/2016			31/12/2015		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	6.877	(6.877)	-	4.230	(4.230)	-
Receita de Operação e Manutenção		1.926	1.926		526	526
Receita de Implantação de Infraestrutura		-	-		36.934	36.934
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão		6.763	6.763		38.340	38.340
(-) Parcela Variável	(168)	168	-	(841)	841	-
Tributos						
PIS-PASEP	(111)	-	(111)	(56)	-	(56)
COFINS	(510)	-	(510)	(258)	-	(258)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(58)	-	(58)	(30)	-	(30)
Reserva Global de Reversão - RGR	(158)	-	(158)	(80)	-	(80)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(24)	-	(24)	(12)	-	(12)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	5.848	1.980	7.828	2.953	72.411	75.364
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	5.848	1.980	7.828	2.953	72.411	75.364
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(794)	-	(794)	-	-	-
Material	(4)	-	(4)	(1)	-	(1)
Serviços de Terceiros	(1.396)	-	(1.396)	(438)	-	(438)
Arrendamentos e Aluguéis	-	-	-	(67)	-	(67)
Seguros	(43)	-	(43)	-	-	-
Doações, Contribuições e Subvenções	(97)	-	(97)	-	-	-
Depreciação	(3.449)	3.449	-	(2.466)	2.466	-
Outros	-	-	-	(20)	-	(20)
Outras Despesas Operacionais	(3.354)	-	(3.354)	(45)	-	(45)
Custo de Implantação de Infraestrutura	-	-	-	-	(36.934)	(36.934)
Ajuste ao valor recuperável	-	-	-	-	(66.696)	(66.696)
Resultado da Atividade	(3.289)	5.429	2.140	(84)	(28.753)	- 28.837
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(48)	-	(48)	(850)	-	(850)
Receitas Financeiras	(2)	-	(2)	-	-	-
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	(3.339)	5.429	2.090	(934)	(28.753)	- 29.687
Despesa com Impostos sobre o Lucro	-	(1.473)	(1.473)	(91)	10.164	10.073
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	(3.339)	3.956	617	(1.025)	(18.589)	(19.614)
Resultado Líquido do Exercício	(3.339)	3.956	617	(1.025)	(18.589)	(19.614)
Atribuível Aos:						
Acionistas Controladores	(3.339)	3.956	617	(1.025)	(18.589)	(19.614)
Acionistas Não Controladores						
Lucro Por Ação						
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	(0,021676)		0,004006	(0,006654)		(0,127332)
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	(0,021676)		0,004006	(0,006654)		(0,127332)
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade						
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	(0,021676)		0,004006	(0,006654)		(0,127332)
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	(0,021676)		0,004006	(0,006654)		(0,127332)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

13.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro.

13.1.1 No modelo de ativo financeiro as receitas são segregadas da seguinte forma:

13.1.1.1 Receita de implantação de infraestrutura: *A Companhia abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.*

13.1.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão: *Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.*

13.1.1.3 Receitas de operação e manutenção: *Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos.*

13.1.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 – contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

13.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	303.273	302.802
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(12.279)	(7.327)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	3.058	2.062
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	294.052	297.537

13.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	617	(19.614)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(5.429)	28.753
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	1.473	(10.164)
Prejuízo líquido regulatório	(3.339)	(1.025)

14 Instrumentos financeiros

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, concessionárias e permissionárias e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas, sendo as mesmas classificadas por meio de resultado.

Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II**- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III**- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como Nível II o concessionárias e permissionárias.

Riscos resultantes de instrumentos financeiros

Risco de crédito

a. Contas a receber de concessionárias e permissionárias

A Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica.

Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos

Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.